

Secretaria Municipal de Justiça



TERMO DE CONTRATO Nº ______/2022

Processo Administrativo: PMC.2022.00033910-38

Interessado: Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 232/2022

O MUNICÍPIO DE CAMPINAS, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta, nº 200, Centro, CEP: 13.015-904, Campinas, Estado de São Paulo, devidamente representado, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.268.152/0004-61, por seu representante legal, doravante denominada CONTRATADA, acordam firmar o presente instrumento de Contrato, em conformidade com o Processo Administrativo em epígrafe, o qual é de pleno conhecimento das partes, integrando o presente instrumento como se transcrito estivesse, sujeitando-se as partes às condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de 20 (vinte) licenças de uso do software "Oracle AutoVue 3D Professional Advanced - Application User Perpetual Part Number: L104617", com prestação de serviço de suporte por 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações e quantidades constantes do Anexo II - Especificação e Quantidade do(s) Lote(s), e nas condições estabelecidas neste instrumento.



Secretaria Municipal de Justiça



SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento, objeto desta contratação, deverá ser executado em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Informações Complementares e no Anexo II – Especificações e Quantidades do(s) Lote (s), que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

TERCEIRA – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

- 3.1. O contrato vigerá até o final do suporte técnico previsto no Anexo I Informações Complementares, sendo estimado o prazo de 12 (doze) meses e 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, após a assinatura deste instrumento. (o prazo de vigência deverá ser a soma dos dias (entrega) com total do suporte ofertado pela empresa vencedora)
 - 3.1.1. O fornecimento do produto dar-se-á no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Secretaria Municipal Planejamento e Urbanismo.
 - 3.1.2. O prazo do suporte do produto será 12 (doze) meses a contar da data de instalação.

QUARTA - DOS PREÇOS

4.1. Pelo contratação objeto deste Contrato, fará jus a Contratada ao recebimento dos preços abaixo discriminados:

Item	Código	Descrição (*)		Quant.	Un.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
01	155.873	LICENÇA DE USO SOFTWARE ORAC PROFESSIONAL ADVANCED - APPLI PERPETUAL.		20	Un.	6.159,45	123.189,00
02	155.889	SUPORTE PARA 12 MESES DO SOFT AUTOVUE 3D PROFESSIONAL ADVA		20	Un.	1.340,55	26.811,00
Valor Global (R\$)						150.000,00	

4.2. As partes atribuem a este Contrato, para efeito de direito, o valor global de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).



Secretaria Municipal de Justiça



4.3. Estão incluídos nos preços todos os custos operacionais de sua atividade e os tributos eventualmente incidentes, as demais despesas diretas e indiretas, bem como a desoneração da folha de pagamento em cumprimento à Lei Federal nº 12.546/2011 e suas alterações, quando constituir direito e opção da empresa, não cabendo à Municipalidade nenhum custo adicional.

QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas referentes ao presente Contrato foram previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, codificadas no orçamento municipal sob os números abaixo transcritos, conforme consta do processo administrativo:

301000 30110 15.122.3021.4189.000 3.3.90.30.00.00.00.00 0001.100000 301000 30110 15.126.3021.4187.000 3.3.90.40.00.00.00.00 0001.100000

5.2. Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa, ficando o Contratante obrigado a apresentar no início de cada exercício a respectiva Nota de Empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária.

SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. Os preços serão fixos e irreajustáveis.

SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. No ato da entrega dos produtos, a Contratada apresentará a Nota Fiscal correspondente à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a qual terá o prazo de 07 (sete) dias úteis, para aprová-la ou rejeitá-la.
- 7.2. A Nota Fiscal não aprovada será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de até 02 (dois) dias úteis a partir da data de sua devolução para a sua reapresentação.
- 7.3. A devolução da Nota Fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a Contratada suspenda o fornecimento.



Secretaria Municipal de Justiça



7.4. O Contratante efetuará o pagamento no prazo de 10 (dez) dias fora a dezena, contados da data do aceite da Nota Fiscal.

OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada obriga-se a:

- 8.1.1. Não possuir administrador ou sócio com poder de direção, com vínculo de parentesco com agente político ou Vereador de Campinas, em cumprimento à vedação do art. 7º do Decreto Municipal nº 17.437/2011;
- 8.1.2. Arcar com todos os custos decorrentes dos transportes dos produtos até o local de entrega;
- 8.1.3. Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado e todos os tributos incidentes, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 8.1.4. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o fornecimento;
- 8.1.5. Apresentar no ato da Contratação, documento(s) que comprove(m) a autorização concedida pela empresa Adobe na comercialização de seus produtos e a Especialização no atendimento aos órgãos Governamentais;
- 8.1.6. Responsabilizar-se por todos os custos inerentes à renovação e disponibilização das licenças;
- 8.1.7. Disponibilizar os softwares em português do Brasil;
- 8.1.8. Apresentar/disponibilizar os manuais dos softwares em português, se disponível;
- 8.1.9. Promover a substituição da licença de software defeituosa, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 8.1.10. Cumprir as demais condições contidas no edital do Pregão no 232/2022 e em





Secretaria Municipal de Justiça



seus anexos.

NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. O Contratante obriga-se a:
 - 9.1.1. Fornecer à Contratada a Ordem de Fornecimento, que será expedida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;
 - 9.1.2. Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários ao fornecimento;
 - 9.1.3. Fornecer à Contratada, o número VIP (número do contrato junto à ADOBE) para renovação das Licenças;
 - 9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos.

DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- 10.1. Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com gravidade da falta (arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002):
 - 10.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade para as quais tenha a Contratada concorrido diretamente.
 - 10.1.2. Multa, nas seguintes situações:
 - 10.1.2.1. de 0,4% (quatro décimos por cento) do valor da Ordem de Fornecimento, por dia de atraso injustificado em realizar o fornecimento, até o 5º (quinto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser promovida a rescisão unilateral do contrato.
 - 10.1.2.2. de até 30% (trinta por cento) do valor da inadimplência, em caso de qualquer descumprimento contratual, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato pela Administração, garantida a defesa prévia.



Secretaria Municipal de Justiça



- 10.1.3. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Campinas, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, na hipótese de praticar atos fraudulentos na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ou apresentar documento falso.
- 10.2. No caso de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, após decorrido o prazo de 05 (cinco) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e desde que cessados os motivos determinantes da punição.
- 10.3. As multas serão, após regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da empresa Contratada.
- 10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.
 - 10.4.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.
- 10.5. As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha a acarretar ao Contratante.
- 10.6. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. A inexecução total ou parcial, deste Contrato, enseja sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.



Secretaria Municipal de Justiça



- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:
 - 11.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da lei mencionada; ou
 - 11.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou
 - 11.3.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 11.4. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 11.5. Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficarão assegurados ao Contratante os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO

- 12.1. No recebimento e aceitação do objeto deste Contrato, serão observadas, no que couber, as disposições contidas nos artigos de 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 12.2. Para o recebimento do objeto da contratação, serão observadas as condições previstas no edital do Pregão nº 232/2022 e em seus anexos.
- 12.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1. Aplica-se aos casos omissos o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, nos Decretos Municipais nº 14.218/2003 e 14.356/2003, na Lei Complementar nº 123/2006, no Decreto Municipal nº 16.187/2008, e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/1993, e respectivas alterações.





Secretaria Municipal de Justiça



DÉCIMA QUARTA - DA LICITAÇÃO

14.1. Para a execução do objeto do presente Contrato, foi realizada licitação na modalidade Pregão nº 232/2022, cujos atos encontram-se no Processo Administrativo PMC.2022.00033910-38.

DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

15.1. Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o instrumento convocatório da licitação, proposta vencedora e ANEXOS. O presente Contrato vincula-se ao ato homologatório da licitação e à Ata da Sessão Pública constante no documento SEI nº 6241468 do Processo Administrativo em epígrafe.

DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA

16.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência do objeto deste Contrato.

DÉCIMA SÉTIMA - DO PESSOAL

17.1. O pessoal que a Contratada empregar para a execução dos serviços ora avençado não terá relação de emprego com o Contratante e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos. No caso de vir o Contratante a ser acionado judicialmente, a Contratada o ressarcirá de toda e qualquer despesa que, em decorrência disso, venha a desembolsar.

DÉCIMA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

- 18.1. O Contratante, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, efetuará a fiscalização do fornecimento a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final do fornecimento.
- 18.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.





Secretaria Municipal de Justiça



18.3. A ação ou omissão, total ou parcial, dos órgãos fiscalizadores não eximirá a Contratada da total responsabilidade de fornecer os produtos, com toda cautela e boa técnica.

DÉCIMA NONA - DO SUPORTE

19.1. O prazo de suporte técnico dos produtos será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de instalação.

VIGÉSIMA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

20.1. A Contratada obriga-se a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma. 2.5 AGO 2022

Campinas,___

CAROLINA BARACAT DO NASCIMENTO LAZINHO

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

JULIO EDUARDO COSTA

SANTOS:08906360959

Dados: 2022.08.22 15:29:58
-03'00'

Assinado de forma digital por JULIO EDUARDO COSTA SANTOS:08906360959 Dados: 2022.08.22 15:29:58

VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Representante Legal:

RG no

CPF no



Secretaria Municipal de Justiça



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO AO TCESP

Processo Administrativo n.º PMC.2022.00033910-38

Contratada: VS DATA COMÉRCIO & DISTRIBUIÇÃO LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 232/22

Interessado: Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo

Termo de Contrato nº 119 Objeto: Fornecimento de 20 (vinte) licenças de uso do software "Oracle AutoVue 3D Professional Advanced - Application User Perpetual Part Number: L104617", com prestação de serviço de suporte por 12 (doze) meses. ADVOGADO(S)/N° OAB: (*) Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados: 1. Estamos CIENTES de que: a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico; b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP; c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s); e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados. 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para: a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação; b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber. 2 5 AGO. 2022 Campinas,



Secretaria Municipal de Justiça



Nome: Dario Jorge Giolo Saadi Cargo: Prefeito do Município de Campinas CPF: 102.354.108-69	
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nome: Maria Emília de Arruda Faccioni Cargo: Secretário(a) Municipal de Administração CPF: 841.512.188-15 Assinatura: No SEI	D/
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE: Pelo contratante: Nome: Carolina Baracat do Nascimento Lazinho Cargo: Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo CPF: 27 44 50 58 79 Assinatura: JULIO EDUARDO Pela contratada: COSTA Assinado de forma digital por JULIO EDUARDO COSTA ASSINADO COSTA SANIGO COSTA	
Nome: Cargo: CPF: E-mail de contato: anne.luz@vsdata.com.br, governo@vsdata.com.br Assinatura:	
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE: Nome: Carolina Baracat do Nascimento Lazinho Cargo: Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo CPF: 27 49 58 39 Assinatura:	

Advogado: (*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.